



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO: O QUE APONTAM AS PESQUISAS?

Alessandra Gonçalves Santos¹

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Giane Araújo Pimentel Carneiro²

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa na área de leitura literária na infância e tem como objetivo analisar o alcance das políticas públicas na formação do leitor literário, de acordo com as pesquisas publicadas no período de 2013 a 2023. Através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, realizou-se a revisão de literatura no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no SCIELO. A análise desses trabalhos revelou que a situação do Brasil, no que diz respeito à formação de leitores e à democratização do acesso à leitura e ao livro ainda tem muito a ser feito, principalmente no aspecto referente à formação de mediadores de leitura. As pesquisas apontam também para o sério problema da descontinuidade que afetam as políticas de leitura no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Literatura Infantil. Formação do Leitor. Leitura literária.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o alcance das políticas públicas na formação do leitor literário, de acordo com as pesquisas publicadas no período de 2013 a 2023. Trata-se de parte da pesquisa desenvolvida para Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, com o levantamento realizado nos bancos de dados da (CAPES), do (IBICT) e Scielo, buscou-se conhecer como essas pesquisas apresentam o alcance das políticas públicas na formação do leitor literário, e que estratégias e ações o Estado tem desenvolvido para democratizar e

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - *Campus XII*.

² Professora do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - *Campus XII*.



incentivar o acesso a leitura, uma vez que, historicamente, esses programas encontram dificuldades de se efetivarem de maneira concreta.

Compreender a relevância das políticas públicas para a formação do leitor literário é imprescindível para reconhecer que o direito de acesso ao livro precisa ser democratizado, visto que, no Brasil, muitas crianças só terão acesso à leitura literária no contexto escolar, através dos acervos que são distribuídos para as bibliotecas escolares.

Nessa direção, este trabalho demonstra sua importância, ao passo que busca conhecer a realidade das pesquisas científicas no que diz respeito a essa questão, pois para se pensar em ações e programas que busquem incentivar e fomentar as práticas de leitura, é necessário conhecer o que o país já avançou com a implementação de diversas políticas de distribuição de livros, para assim combater as lacunas existentes e vencer os entraves que ainda impossibilitam a universalização do acesso ao livro.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa insere-se no âmbito das pesquisas qualitativas em educação e optou-se pela pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura para o levantamento dos dados.

Nesse sentido, buscou-se pesquisar as produções bibliográficas acerca de Políticas Públicas de Leitura e a Formação do Leitor Literário. Com isso, realizamos a pesquisa no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no SCIELO.

Para realizarmos a busca, elegemos como descritores, as palavras, “Políticas Públicas de Leitura”, “Leitura Literária”, “Literatura Infantil” e “Formação do Leitor Literário”. Já a delimitação do período selecionado compreendeu a última década, abarcando os trabalhos acadêmicos publicados no período de 2013 a 2023.

Com as diversas combinações dos descritores e a definição do período, realizamos o levantamento tendo como orientação os títulos e as palavras-chaves dos trabalhos. Após



selecionar os trabalhos, realizamos a leitura aprofundada de todos. O quadro abaixo evidencia os resultados encontrados, em conformidade com o que buscávamos.

Quadro 01- Quantitativo de trabalhos encontrados

Banco de dados	Quantitativo
CAPES	04
IBICT	02
SCIELO	02
TOTAL	08

Fonte: Elaborado pelas autoras com os dados da pesquisa, 2024.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS? ALGUNS APONTAMENTOS

Das oito produções selecionadas para análise, quatro delas tratam do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), enfatizando a mais importante política de incentivo à formação de leitores literários já implementada pelo governo federal. Além de abordar o PNBE em específico, os estudos selecionados trazem um panorama geral sobre o histórico dos programas de leitura no Brasil, apontando os avanços e retrocessos.

Cordeiro (2013), ao considerar que apenas distribuir livros não seria suficiente para a formação de leitores, procurou investigar a utilização das obras do PNBE nas práticas de leitura, além de buscar informações sobre o conhecimento que os mediadores possuíam das obras e do programa. A autora enfatiza a importância da biblioteca nesse processo e conclui que, para que haja efeito na formação do leitor literário, é necessária uma política pública que favoreça, não apenas a distribuição de livros, mas também a formação profissional dos mediadores de leitura.

Nessa mesma direção, (Fernandes, 2017; Lima, 2016; Maia e Fernandes, 2014; Siqueira, 2013), destacam a importância do programa na constituição de acervos literários nas escolas e na democratização do acesso ao livro para estudantes de escolas públicas. As discussões, ressaltam que, apesar da diversidade na distribuição de acervos, a formação do leitor literário ainda é deficiente pela falta de preparo dos mediadores de leitura, evidenciado que apenas focar na distribuição de livros não resolve o problema. Em vista disso, Fernandes (2010), defende que enquanto o Estado não investir na formação continuada dos profissionais que atuam como



mediadores de leitura, concentrando as ações somente na distribuição de acervos, estará beneficiando apenas a indústria do livro.

Ao realizarem uma discussão panorâmica sobre os programas nacionais de leitura, de modo que fazem um apanhado histórico dessas políticas e refletem sobre os avanços e as lacunas existentes, Souza (2015) discute sobre o Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Acervo Complementar do PNLD, e Paula (2017) analisa especificamente uma política pública de distribuição de livros literários da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RMEBH). Ambos os estudos apontam a necessidade das políticas de leitura para efetivação e democratização da formação de leitores literários.

Por fim, Moura (2023) centraliza seu estudo no PNLD-Literário, que atualmente é o principal programa de distribuição de acervos literários para as escolas públicas. O programa substituiu o PNBE, que mesmo sendo considerada a maior política já implementada com objetivo de democratizar e fomentar práticas de leitura, foi encerrado de forma brusca. O estudo evidencia a descontinuidade dos programas de leitura, o que representa um entrave para concretização do acesso à formação de leitores.

COSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desses trabalhos revela a situação do Brasil no que diz respeito à formação de leitores e à democratização do acesso à leitura e ao livro, demonstrando que, apesar de muitos avanços, ainda tem muito a ser feito no sentido de propagar o acesso à leitura.

A pesquisa aponta para a necessidade de os programas de leitura focarem também na capacitação de mediadores de leitura, visto que a maioria das políticas implementadas tem dado mais atenção à aquisição e distribuição de acervos literários. Evidenciam também, os entraves causados pela falta de continuidade dos programas de leitura no Brasil.

REFERÊNCIAS



CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas de leitura**: um estudo de caso em Dourados/MS. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2013.

FERNANDES, C. R. D. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 51, p. 221-244, maio/ago. 2017.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. Convergências e tensões nas políticas públicas de leitura. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva *et al.* (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 549-569.

LIMA, Marcos Falco de. **Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2013**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016.

MAIA, Elizangela Tiago Da; Fernandes, Célia Regina Delácio. Política Pública de Leitura, Mediadores e a Formação de Leitores Literários. **Raído**, Dourados, MS, v.8, n.17, jul./dez. 2014.

MOURA, Beatriz Alves. **O livro dentro do livro**: reflexões sobre a literatura infantil em obras do PNLB literário de 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

PAULA, Carolina Teixeira de. **Literatura na mochila**: a política pública de leitura da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – o uso por estudantes dos anos finais do ensino fundamental. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SIQUEIRA, Ebe Maria de Lima. **Literatura sem fronteira**: por uma educação literária. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2013.

SOUZA, Ingobert Vargas de. **Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil**: acervos para os anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015.